Ata da 19ª Reunião Ordinária ONLINE do 4º Ano Legislativo, da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada no dia 08 de junho de 2020. Aos oito dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, via online, reuniu-se a Câmara Municipal, sito à Rua Vigando Kock, nº 69. Participando a totalidade dos senhores vereadores. Reuniu-se a Câmara Municipal, em sessão ordinária, sob a Presidência do Vereador Peter Alexandre Kneubuehler e secretariada pelo Vereador Marco Rodrigo Redlich. Havendo quórum legal, em nome de Deus foi aberta a sessão. **ATA:** Discutida e aprovada por unanimidade à ata da 18ª reunião ordinária do quarto ano legislativo da 18ª legislatura. **EXPEDIENTE**: Do expediente constou: Ofício 156/2020 do Executivo Municipal, encaminhando os Projetos de Lei 446, 447, 448, 449 e 450/2020, a seguir discriminados: Projeto de Lei 446, Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente do município; Projeto de Lei 447, Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do município; Projeto de Lei 448, autorizas a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde; Projeto de Lei 449, Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde; Projeto de Lei 450, Autoriza a abertura de crédito adicional extraordinário ao orçamento vigente do Município; Ofício 150, acusando o recebimento de Requerimento de Informação e Indicações; Ofício 151, acusando o recebimento de Requerimentos de Informação e Indicações; Ofício 154, solicitando a retirada e devolução do Projeto de Lei 434/2020; Ofício 155, Informando a promulgação de Lei; Ofício 157, em resposta ao Requerimento de Informação 201; Ofício 158, em resposta ao Requerimento de Informação 200; Ofício 165, informando a promulgação de Lei; Requerimentos de Informação 207 e 208/2020 do vereador Fernando Mallon; Requerimento de Informação 209 do vereador Daguimar Nogueira; Indicações 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2965 e 2066 do vereador Edimar Geraldo Salomon; Indicações 1067, 1068, 1069 e 2070 do vereador Paulo Zwiefka; e Requerimentos de Certificado de Regularidade da Associação São Bento de Basquete e da Associação de Pais e Professores do CEIM Pingo de Gente. **Correspondência Expedida**: Os ofícios expedidos constam da pauta, que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia, o senhor presidente, encaminhou para as Comissões Técnicas, os Projetos de Lei 446, 447, 448, 449 e 450/2020 do Executivo Municipal, bem como os Certificados de Regularidade da Associação São Bento de Basquete e da Associação de Pais e Professores do CEIM Pingo de Gente. Colocou em discussão única o Requerimento de Certificado de Regularidade de Entidade Pública da Associação São Bento de Taekwondo. Ninguém querendo se manifestar colocou em votação o Requerimento de Entidade Pública, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Colocou em discussão única o Requerimento de Informação 207/2020. O vereador Fernando Mallon falou que neste momento que estamos passando de contenção de despesas, onde está havendo decisões por parte da Secretaria de Administração Pública Municipal, voltada a corte de salários, a não concessão de direitos previstos para os servidores, o vereador tem curiosidade em saber se os cargos comissionados puros e também os cargos políticos especificamente, como prefeito, vice-prefeito e secretários, se existem férias vencidas a serem gozadas, pois se não forem gozadas deverão ser pagas no final do mandato e se não forem gozadas no

período correto, deverão ser pagas em dobro por não terem sido gozadas no momento certo. O vereador crê que isso não é correto, visto que está havendo vários cortes de despesas, principalmente em cima dos servidores. O vereador Edimar Geraldo Salomon falou que nunca viu que o secretário tenha direito a férias, reformulou dizendo que férias têm direito, porém, juntamente com as pessoas que tiram férias no final do ano, porém, se houver acumulo de férias o vereador não está entendendo, pois se a Prefeitura fechou em dezembro e voltará em fevereiro, esse é o período de férias. O vereador Paulo Zwiefka falou que esse Requerimento cabe muito bem, pois se recorda de que quando acabou o mandato do Fernando Tureck havia vários secretários que não haviam gozado de suas férias e no final da gestão teve pessoas que receberam em média de R$45.000,00, sendo assim, é importante que essas coisas fiquem muito bem estabelecidas, principalmente neste momento. Ninguém mais querendo se manifestar o senhor presidente colocou em votação o Requerimento de Informação 207/2020, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Colocou em discussão única o Requerimento de Informação 208/2020. O vereador Fernando Mallon falou que na semana passado foi publicada nas redes sociais uma manifestação de pessoas ligadas a cultura de São Bento do Sul, falando que neste ano, ficou imposto que não haverá repasse dos valores do edital de apoio a cultura, visto que existe um orçamento previsto de R$200.000,00. Falou que recebeu uma ligação onde à pessoa disse que nos anos anteriores, quando não era usado todo o valor, o valor que sobrou fica guardado no fundo municipal de cultura e que esse fundo teria recursos, pelo menos parcialmente fazer frente às despesas com o edital de apoio a cultura 2020, desta forma, se existe esse valor por conta de sobras, seria interessante verificar se existe e se poderá ser utilizado esse valor. O vereador fez a leitura de alguns de seus questionamentos que constam em seu Requerimento. O vereador Marco Rodrigo Redlich se colocou favorável ao Requerimento, mas complementou que teve uma conversa com o Sr. Brosowsky, que lhe falou que existe uma previsão orçamentária no valor de R$200.000,00 neste ano para compor o fundo para poder fazer o edital, sendo assim, não era um recurso de sobra ou de outros não utilizados, visto que todo ano a Prefeitura injeta o valor que estava programado no orçamento no fundo municipal da cultura para poder fazer o edital, porém, com a pandemia esse valor foi suspenso, pois não se sabe se vai haver arrecadação suficiente para conseguir atender todas as demandas do município. Falou que recebeu uma informação do Sr. Brosowsky, onde semana passada foi aprovada a nível nacional o Projeto de Lei 1075/2020, que deve liberar se sancionado R$ 3 bilhões para aplicação em renda emergencial em período de pandemia, e pela previsão parte desse recurso deve vir para os municípios para aplicação nos Fundos, deve-se aguardar para ver se esse recurso chegará, mas se chegar será um alívio para a cultura do município, para os artistas, segundo o vereador. O vereador Edimar Geraldo Salomon falou que é favorável ao Requerimento, até porque o edital de apoio à cultura foi aprovado em 03 de março em sequencia cancelado, alegou que deveria ter havido uma discussão mais ampla relacionada a esse corte, pois são várias pessoas que são atingidas por essa verba cortada, além de que não é um valor muito alto e as pessoas envolvidas não param seus trabalhos por causa da pandemia, continuam fazer algum tipo de produção. O vereador Fernando Mallon falou que após ter protocolado esses Requerimentos de Informações, recebeu uma mensagem do Senador Dário Berger do MDB de Santa Catarina, onde diz que serão passados R$ 52,4 milhões para os fundos municipais de cultura, ou órgãos responsáveis pela gestão da área cultural, que poderão ser usados para editais, chamadas públicas, prêmios, aquisições de bens e serviços do setor cultural, desta forma casa bem com o edital de cultura que é Lei em São Bento do Sul, mencionou

também o valor estimado que cada município deve receber e São Bento do Sul deve receber R$582.360,62. O vereador falou que se não houver o repasse municipal, se não houver sobras no fundo municipal de cultura, deve-se torcer para que esse dinheiro venha e que se repassem os R$200.000,00 para o edital e o restante pode ser usado para outras aquisições. Alertou o presidente da fundação de cultura e as pessoas ligadas à fundação, que pelo oque consta na mensagem os municípios terão sessenta dias para aplicar e se não aplicar será devolvido para o Estado. O vereador Edimar Geraldo Salomon falou que isso foi muito bem lembrado, pois esse dinheiro é carimbado e de qualquer maneira se não ser usado pela fundação cultural ele retorna para o Estado, pois deve ser usado para a cultura. O vereador Fernando Mallon falou que deixou esse alerta porque essa verba não vem apenas para essas chamadas públicas, editais, como é o caso do edital da cultura que tem todo ano, ele também pode ser usado para subsídio mensal, para a manutenção de espaços artísticos e culturais, micro e pequenas empresas culturais, cooperativas, entre outros. O vereador Jairson Sabino apoiou o Requerimento e falou que em outras ocasiões já houve devolução do dinheiro por falta de projeto, e isso não é inadmissível de a prefeitura com tantos secretários não fazer um projeto para evitar essa situação, oque seria um absurdo não conseguir achar uma destinação para essa verba, pois há várias possíveis destinações para oque é necessário no setor da cultura. O vereador Fernando Mallon questionou se o vereador Marco Rodrigo Redlich ou o presidente sabem se esse ano foi lançado o edital e os projetos foram aprovados ou nem chegou a ser lançado. O senhor presidente falou que também conversou nesta data com o Sr. Brosowsky, e disse que o Conselho aprovou o edital, mas as entidades ainda não haviam se manifestado, em seguida surgiu o problema com o Covid-19 e ele foi suspenso, sendo assim, um dos vieses para o cancelamento é que daqui a pouco não teriam o recurso, iriam se empenhar em fazer os projetos, apresentar o projeto e em sequencia poderiam não conseguir efetivar esse processo todo. Com relação aos R$ 582 mil, alegou que o vereador Fernando Mallon tinha razão e o secretário está atento a essa situação, visto que enviou a presidente uma minuta do Projeto de Lei, o qual precisa ser sancionado. Após ser sancionado o município teria direto a esses R$ 582 mil, como ditos existem três frentes a ser atacada, a primeira é nos moldes do auxílio aos demais trabalhadores culturais que acabaram ficando de fora, disse que existe algum regramento caso já recebeu o auxílio anterior não poderá receber esse. O segundo ponto é voltado a reformas ou manutenções de equipamentos de cultura que não podem ser públicos, ou seja, essa verba está voltada a empreendedores particulares de cultura, visto que em São Bento temos poucas possibilidades nesta situação. E o edital que foi lançado em março poderia ser utilizado, visto que não sabe se há alguma verba de sobra no Fundo Municipal de Cultura que possa ser utilizado, mas oque deve acontecer é a mobilização dos conselheiros para que o edital possa ser retomado, e em sessenta dias apresentado, pelo menos escolhidas às manifestações culturais que farão uso desta verba. Falou que está sendo feito um seminário do dia 08 ao dia 14 de junho relacionado a essa Lei emergencial. O vereador Fernando Mallon falou que é preferível pecar pelo excesso, do que pela falta e crê que diante desta eminente vinda de recursos que talvez a fundação cultura possa dar o restart do edital e deixar claro para os que apresentarem os seus projetos que só serão contemplados se vier a verba federal, pois muitas vezes demanda de muito trabalho por parte dos artistas. O vereador Edimar Geraldo Salomon falou que foram bem colocados os critérios estabelecidos para a verba pelo vereador Peter Alexandre Kneubuehler e muito bem colocado oque estabeleceu o vereador Fernando Mallon. Ninguém mais querendo se manifestar o senhor presidente colocou em votação o

Requerimento de Informação 208/2020, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Colocou em discussão única o Requerimento de Informação 209/2020. O vereador Daguimar Nogueira falou que esse requerimento possui ideia de estarmos ciente do que está acontecendo em nosso município voltado a fiscalização das áreas críticas do município, pois após a chuva é evidente que algumas áreas tenham possibilidades de desbarrancamento, visto que há uma localidade que está em situação complicada e a Defesa Civil liberou o local, por esse motivo fez o requerimento de informação. O vereador Fernando Mallon questionou que esse requerimento trata de um Projeto de mapeamento e estudo geofísico das áreas de risco, perguntou oque significa essa área de risco, se é um estudo em todo o município. O vereador Daguimar Nogueira falou que a Defesa Civil já deveria ter isso, que é um levantamento com um técnico e quem fez esse levantamento anterior foi uma equipe da Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com a Defesa Civil de Florianópolis onde fizeram o levantamento das áreas de risco, porém, deve-se fazer um monitoramento dos possíveis riscos, o vereador expos o modo que esse trabalho é realizado para identificar o solo, e quando há alguma solução deve ser feito, oque deixou-se de fazer na Vila Andorinha, levando em comprometimento as famílias que residem nesta área. O vereador Fernando Mallon disse que questionou isso porque chegou a seu escritório uma situação onde é possível se fazer usucapião coletivo e em São Bento do Sul foram feitos dois ou três recentemente, que visou atender pessoas de baixa renda, que conseguiram obter a propriedade, porém, chegou à situação de que a pessoa muito tempo depois conseguiu seu lote e quando foi fazer o projeto na Prefeitura, não foi aprovado, porque passa um córrego a vinte e poucos metros da casa e o mínimo é trinta metros, desta forma, a pessoa procurou o Ministério Público para pedir ajuda e órgão falou que está em tramitação na assembleia legislativa, projetos e estudos para se flexibilizar certas situações de imóveis que estejam em situações de adensamento habitacional, que já estão completamente consolidado, porém, dependia de um estudo a ser feito pelo município e não foi feito, não sabe se esse requerimento se trata do mesmo assunto. O vereador Daguimar Nogueira falou que esse é outro requerimento de informação que estão solicitando, relacionado a um financiamento que engloba esse assunto, e o estudo que deve haver para que as construções aconteçam, visto que a falta deste projeto está prejudicando a economia do município. O vereador Fernando Mallon se prontificou a ajudar, pois essa questão é uma questão social. O vereador Marco Rodrigo Redlich colocou-se favorável ao requerimento e alegou que os levantamentos das áreas de risco em São Bento do Sul já existem como disse o vereador Daguimar Nogueira, sabe disso porque viu o mapa delimitando as áreas de risco, existem locais que são de risco para alagamento e outros de deslizamento. Através disso, chamou a atenção do vereador que a Câmara de Vereadores também está em risco de deslizamento. Além de que, quem está cadastrado no site da Defesa Civil, quando ocorre uma chuva muito forte eles comunicam, pois há possibilidade de deslizamento. O vereador Edimar Geraldo Salomon falou que é favorável ao requerimento e inclusive, deveria haver uma pressão por parte dos vereadores em cima da ALESC, para o quanto antes aprovar esse Projeto das áreas consolidadas, até porque as construções do centro de São Bento do Sul estão em sua maior parte sobre rios. Em relação aos desmoronamentos falou que algumas tragédias já aconteceram e não foi tomada nenhuma providência, sendo que é uma situação que o município também possui responsabilidades. Falou também que a Câmara de Vereadores e as demais construções ao seu redor sempre souberam que era uma área de risco, inclusive, já aconteceu o desbarrancamento, em seguida arrumaram para que não aconteça novamente, mas

continua sendo uma área de risco. Ninguém mais querendo se manifestar o senhor presidente colocou em votação o Requerimento de Informação 209/2020, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Colocou em primeira discussão o Projeto de Lei 446/2020. O vereador Peter Alexandre Kneubuehler agradeceu aos vereadores por concordarem em fazer a votação nesta data, pois além deste os demais Projetos também são suplementações orçamentárias em função do Covid-19. Após aprovado pelas comissões o senhor presidente sugeriu para que os demais Projetos fossem discutidos em bloco, oque foi acatado pelos vereadores, desta forma, os demais projetos também foram aprovados pelas comissões para o prosseguimento de seus tramites. O vereador Fernando Mallon falou que a Câmara tem tratados esses assuntos de verbas com bastante serenidade, e falou sobre a verba que virá para o hospital, pois passaram por um mal momento nesses dias, oque causou um susto sobre haver apenas dois leitos para o Covid-19. Expos que em março conversou com o diretor do hospital, e o mesmo falou que a situação estava feia, mas ninguém imaginou que estava tão feia assim, visto que nesta mesma época o Governo do Estado já estava vendo com os municípios oque mais poderiam oferecer de leito e o hospital daqui pediu mais seis leitos e o Governo se comprometeria a enviar, porém, viu-se que nada disso aconteceu pelo menos, não na nossa região. O Governo Federal vem sendo muito criticado por suas ações, assim como criticou o vereador Fernando Mallon, por conta de uma atuação mais coordenada e inteligente, mas agradeceu os recursos que estão vindo, mas deve-se cobrar mais leitos. O vereador Nivaldo Bogo falou que ouviu o secretário Del Olmo na semana passada fazer menção o Sr. Renato, diretor do hospital, para tratar deste assunto, porque caberia uma cobrança ao hospital se já tivesse sido transferido esse dinheiro, que seria para dar condições ao hospital para os atendimentos de Covid-19. Solicitou esclarecimentos ao líder de governo, pois na semana passada teve a polemica do falecimento de uma pessoa que foi transferida para Canoinhas por falta de leito, e a preocupação do vereador é nesse sentido, pois deu para perceber que o município não está preparado para o aumento do Covid-19, felizmente não temos esse problema ainda, mas precisamos estar preparados, por esse motivo solicitou esclarecimentos ao líder de governo, pois se precisa saber em que ponto está e qual ponto precisamos chegar. O vereador Paulo Zwiefka falou que essa situação foi muito bem colocada, pois houve um falecimento que era suspeito de Covid-19, mas foi comprovado que não estava infectado, mas é uma situação que é muito preocupante não haver leitos e devem-se tomar medidas que acelerem os resultados do Coronavírus. O vereador Nivaldo Bogo retornou a dizer que achou que esse dinheiro já estava com o hospital e na verdade estariam aprovando nesta data essa verba para o hospital. O vereador Daguimar Nogueira falou que a um mês atrás estava fazendo requerimentos de informação sobre os recursos que haviam entrado para o hospital, e foi abordado pelo vereador Bogo de que estava em guerra pessoal contra o hospital, mas ficou comprado que não é nada contra nada voltado ao hospital e sim com a gestão do hospital que não é transparente. Citou um acontecimento de Covid-19, onde agora que estão sendo monitorados em São Bento os trabalhadores que estão fazendo linhão de cento e vinte quilômetros de Blumenau a Curitiba. O vereador Edimar Geraldo Salomon falou sobre os Projetos de Lei 446 e 447/2020, visto que os dois repassam dinheiro para assistência social, e alegou que é o maior defensor de que alimentação também faz parte desse problema com o Covid-19 e solicitou ao líder de governo e ao presidente que chamassem a atenção da secretária ou perguntem a ela se só as pessoas cadastradas estão recebendo nessa pandemia ou as pessoas que não estão cadastradas também estão recebendo, porque uma grande parte da população que trabalha em serviços

autônomos, não está indo trabalhar, mas não possuem o cadastro, porém, hoje não possuem condições de comprar a cesta básica. Alegou que há um mês solicitou à secretária que fizesse uma visita a algumas famílias que necessitam, porém, a secretária impôs várias burocracias que deveriam ser cumpridas e acabam que famílias que precisam também, acabam não recebendo e ficando com fome, mostrou-se indignado com essa situação. O vereador Paulo Zwiefka falou que também é favorável a ajudar as pessoas que estão precisando, ainda mais neste momento, visto que também recebeu vários pedidos de ajuda e oque complica muito são as burocracias que as pessoas devem enfrentar para que consigam receber as cestas, e muitas vezes não é culpa da secretária, até porque viu que algumas ajudas são realizadas por contas próprias, onde eles mesmos fazem suas doações e o complicado de fazer sem as documentações é que futuramente a secretária pode responder algum processo por ter doado alguma cesta por conta própria, ainda, colocou que a maior culpa disso é das leis que foram mal elaboradas e as pessoas que precisam de ajuda acabam pagando por isso, talvez seja a hora de rever algumas leis, segundo o vereador. O vereador Edimar Geraldo Salomon falou que não é contrario de que se faça o certo, mas estamos em uma situação de pandemia, sendo assim, deve-se procurar as famílias que necessitam e fazer seus cadastros em suas respectivas residências, pois as vezes as pessoas não possuem nem condições de se deslocar até o local para realizar o cadastro, o vereador colocou que não está retirando a eficiência da Secretaria de Assistência Social, mas estamos vivendo um período diferente e por esse motivo deve-se fazer de uma forma que beneficie essas famílias. O vereador Marco Rodrigo Redlich iniciou falando dos Projetos de Lei 446 e 447/2020, falou sobre o cadastro único que é fixo e permanente, possui uma burocracia grande, e justamente oque veio para suprir isso é o Projeto São Bento Solidária em parceria com o Ministério Público e a Polícia Militar, onde estão arrecadando tanto recursos financeiros como alimentos, e as pessoas que não possuem o cadastro e estão passando por dificuldades, o São Bento Solidário é uma opção e o cadastramento é feito via Defesa Civil que não é tão burocrático, visto que há participação também da Assistência Social pois há uma análise da necessidade, mas é para pessoas que não possuem o cadastro. O vereador Paulo Zwiefka falou que esse Projeto é muito importante e vem ajudando muitas pessoas, porém o vereador Edimar Geraldo Salomon colocou uma situação que é complicada, pois existe famílias que não possuem condições de sair de casa devido suas prioridades, citou o caso de uma família que visitou e que estão em condições precárias, sendo assim, neste momento o presidente da associação e as pessoas que estão envolvidas com a associação de moradores podem tentar saber sobre esse Projeto e através da São Bento Solidária chegar as famílias que necessitam. O vereador Marco Rodrigo Redlich falou que concorda com a posição do vereador e irá procurar a Assistência Social e Defesa Civil para que possam conversar e trabalhar dentro da São Bento Solidário para encurtar distâncias para as pessoas que não possuem condições de chegar até o local consigam ser atendidas. O vereador Edimar Geraldo Salomon concluiu falando que em relação ao trabalho que a assistência social faz com todos os bairros, funciona muito bem durante o ano, mas estamos em um momento diferente, e falou que irá encaminhar as pessoas para São Bento Solidária, pois se devem tomar medidas diferenciadas neste momento. O vereador Marco Rodrigo Redlich falou que irá levar isso ao Executivo para melhorar essa situação. Em relação a suplementação de quase R$ 1 milhão para o hospital, falou que realmente na semana passada foi assustador quando descobriu-se que estávamos apenas com dois leitos, mas sabe-se que o hospital possui apenas dez leitos de UTI, porém, não sabiam que apenas duas pessoas poderiam receber essa terapia intensiva

devido ao Covid-19 devido ao isolamento, entretanto, sabe-se que existe a possibilidade de aumentar mais dez leitos na Unidade Intensiva. Esclareceu que o hospital é particular, não é da Prefeitura, sendo assim não será a Prefeitura que conseguirá resolver essa questão interna do hospital de imediato, oque ela pode fazer é ser parceira, como está sendo, fazendo repasses de recursos municipais, visto que as responsabilidades são divididas entre o município, o Estado e a União à atenção básica, e quando passa para procedimentos de maior complexidade a responsabilidade deixa de ser do município e passa a ser somente do Estado e da União, ou seja, a UTI é de responsabilidade Estadual e Federal, desta forma, o vereador crê que a verba que será disponibilizada não se reverterá em um respirador novo, pois esses equipamentos são de responsabilidade do Estado e os vereadores devem pressionar para que essa compra aconteça pelo o Estado, que está realizando as compras de acordo com as necessidades de cada município, mas ao ver do vereador São Bento do Sul já deveria estar nessa lista, pois apenas dois leitos para atender toda a região é pouco e vergonhoso. Relatou sobre outra polêmica que aconteceu em São Bento onde foi registrado o óbito de uma pessoa causado por Coronavírus, porém, a pessoa faleceu de câncer, onde não pode haver velório, depois que veio o resultado que deu negativo para Coronavírus e o hospital alterou o atestado de óbito, o vereador lamentou por essa situação. Retomou dizendo que o município já ajuda o hospital com R$ 109 mil para a UTI, pois se não fosse isso, infelizmente o Estado já teria deixado nossa UTI fechar, pois a verba que parte do Estado não custeia a UTI e o município acaba complementando. O vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima falou que o momento é critico e está havendo situações desagradáveis, como os velórios, mas são determinações que partem de esferas maiores, porém, são tristes por não poder velar um ente querido. Falou que os Projetos da assistência social são ótimos, mas deveriam evitar as burocracias. Com relação ao repasse ao hospital, realmente quem determina os leitos do município é o Governo do Estado ou onde há disponibilidades de vagas nas diversas cidades. Alegou que há espaço disponível para que haja mais dez leitos de UTI para o tratamento de Covid-19. E a verba que está sendo disponibilizada é para comprar materias de consumo e de toda parte do hospital, que é muito importante, segundo o vereador, pois as pessoas que estão na linha de frente precisam estar bem equipadas, pois o risco é grande. O vereador Paulo Zwiefka perguntou se o vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima sabe qual o custo aproximado para a instalação de uma UTI. O vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima falou que o espaço já está lá disponibilizado, porém necessita-se que venham os respiradores, que custavam entre R$ 30 a R$ 40 mil antes da pandemia, chegaram a custar R$ 200 a R$ 400 mil na pandemia, com outras empresas fabricando não soube informar quanto está custando atualmente. O vereador Paulo Zwiefka questionou isso porque em épocas de Expoama e em épocas de politica muitos empresários fazem doações de alto valor, visto que estamos com apenas dois leitos de UTI, através desses dados, o vereador deixou seu apelo aos empresários que possuem condições, fazer suas doações para a compra de respiradores, pois é muito importante neste período. O vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima falou que entendeu a preocupação do vereador Paulo Zwiefka, mas há uma fila de respiradores para ser fabricado para o Estado não sabe se poderiam cortar essa fila ou como se colocariam na frente mesmo sendo doação. Expos também que temos dois leitos a disposição do Covid-19 mais dez leitos em promessa, entretanto, eles leitos podem ser para outras cidades também, quem gerencia isso é o Estado, oque é complicado, é um desafio, segundo o vereador. O vereador Nivaldo Bogo falou que na condição da doação que seria para o Estado para então fazer o repasse para o município, seria uma situação

complicada, ainda mais sabendo que o governador jogou fora R$ 33 milhões que eram para a compra de respiradores, mas a questão de atender pacientes de outros municípios também não seria o problema, porém, hoje está sem condições, pois não se consegue nem atender os cidadãos do nosso próprio município, está uma bagunça no Estado segundo o vereador, até porque o próprio governador que impôs o Decreto estava participando festa junina sem o uso de máscara. O vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima lamentou por essas situações que aconteceram e vem acontecendo. O vereador Peter Alexandre Kneubuehler falou que os assuntos dos Projetos foram desviados do objetivo que eram os repasses, mas desta forma encerrou a primeira discussão e fez a leitura do Requerimento 184/2020, para levar os Projetos de Lei 446, 447, 448, 449 e 450/2020 para segunda discussão. Colocou em votação o Requerimento 185/2020, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Não havendo mais nada a ser tratado o senhor presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão extraordinária que acontecerá na sequência e encerrou esta mandando lavrar a ata. Sala das sessões 08 de junho de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Presidente

EDIMAR GERALDO SALOMON
Vice-Presidente

MARCO RODRIGO REDLICH
Primeiro Secretário

DAGUIMAR NOGUEIRA
Segundo Secretário

PAULO ZWIEFKA

CLAUDIOMAR WOTROBA

FERNANDO MALLON

JAIME PEDRO FERREIRA DE LIMA

JAIRSON SABINO

NIVALDO BOGO